

Dornelles: 'Anistia dos débitos não é matéria para Carta'

BRASÍLIA — Além de ser matéria estranha à Constituinte, a anistia aos débitos contraídos por pequenos empresários e agricultores durante a vigência do Plano Cruzado abre um perigoso precedente ao instituir o "calote constitucional". A opinião é do Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), para quem não é justo impor à sociedade mais este ônus, "fruto de um programa fracassado que quebrou o País".

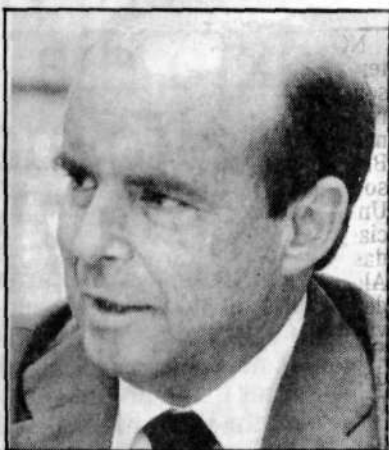
Segundo o parlamentar, o Plano Cruzado não prejudicou apenas alguns empresários rurais e urbanos, mas toda a sociedade:

— Essa proposta de anistia que a Constituinte votará não tem sentido. Na realidade, seu custo extremamente alto, em torno de US\$ 5 bilhões (cerca de CZ\$ 825 bilhões), seria repassado à União e, em última análise, ao contribuinte. Esta cifra, a grosso modo, corresponde a quase dois por cento do PIB.

Para o Senador Roberto Campos (PDS-MT), o Plano Cruzado deixou duas heranças fatídicas, "a cultura antiempresarial e a moratória".

— No primeiro caso, isso é um reflexo da confusão que se estabeleceu entre causa e efeito, pois o Governo sempre descreveu a inflação como causa da alta de preço, quando, na verdade, sua origem está na expansão monetária, pela qual o Governo é o responsável. Por outro lado, ao declarar a moratória externa, o Governo ensinou esta anistia interna, colaborando para esboçar um traço cultural — disse Campos.

Sobre a proposta de anistia, o Senador pedessista quer saber quem pagará a conta e como os devedores que saldaram seus débitos serão indenizados. Ao afirmar que a matéria não é constitucional, Roberto Cam-



Dornelles: prejuízo de US\$ 5 bilhões

pos sustenta que o contribuinte não deve ser chamado a incorrer num ônus extra-orçamentário, "pois o alívio possível para esses empresários deverá ser negociado entre credores e devedores, caso a caso".

— É preciso ressaltar ainda que os principais credores desta parcela que se deseja anistiar são o Banco do Brasil e os bancos estaduais, que, com o perdão destas dívidas, ficarão em situação quase falimentar — acrescentou o Senador.

A UDR promoverá semana que vem uma mobilização nacional, em Brasília, a favor da proposta da anistia, com aproximadamente cem mil pequenos e médios agricultores. O Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), um dos autores da emenda — o outro é o Deputado Lavoisier Maia (PDS-RN) —, apresentará, durante a reunião de hoje com o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o esboço da fusão de projetos que está sendo elaborada na Constituinte.